

Precarização do trabalho em plataformas digitais: narrativas de desgaste e desalento de motoristas e entregadores

The precariousness of work on digital platforms: Narratives of wear and tear and discouragement among drivers and couriers

Nara Leticia Pedroso Ramos Rodrigues¹, Sergio Roberto de Lucca¹

DOI: 10.1590/2358-289820241439270P

RESUMO A era da economia digital, iniciada nos anos 1980 e fortalecida a partir da crise mundial de 2008, tem por meio das tecnologias de informação e comunicação, transformado o mundo do trabalho. Neste cenário, sob a falácia do empreendedorismo para todos, o trabalho por aplicativo aparece como alternativa de sobrevivência para 61% dos trabalhadores e trabalhadoras informais do mundo. Esta pesquisa teve por objetivo analisar esta nova morfologia do mundo do trabalho, a partir de entrevistas em profundidade com motoristas e entregadores de aplicativos. Utilizou-se um questionário desenvolvido a partir do referencial teórico que problematiza a precarização do trabalho. O conteúdo obtido foi analisado pela metodologia de análise do discurso, resultando na matriz temática 'Precarização do trabalho em plataformas', desmembrada em cinco eixos de análise: desgaste e sofrimento, gênero, modo de gestão, estratégias de defesa e resistência e futuro do trabalho. As evidências revelaram vivências de dominação, sofrimento e desgaste e apontaram para um futuro desalentador, potencialmente uberizável para toda a classe trabalhadora e demandam alternativas de trabalho pautadas pela agenda do trabalho digno e decente. Devido a pandemia da covid-19, algumas entrevistas ocorreram antes e outras durante a pandemia, com impacto significativo e antagônico no grupo de entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE Precarização do trabalho. Tecnologia da informação. Saúde dos trabalhadores.

ABSTRACT The digital economy, which began in the 1980s and has been strengthened since the global crisis in 2008, has transformed the world of work through information and communication technologies. In this scenario, app-based work appears as a survival alternative for 61% of the world's informal workers under the fallacy of entrepreneurship for all. This research aimed to analyze the new morphology of work based on in-depth interviews with app drivers and couriers. It used a questionnaire developed from the theoretical framework that problematizes the precariousness of work. The obtained data were analyzed using discourse analysis. The data was analyzed using discourse analysis methodology, resulting in the thematic matrix 'Precarization of work on platforms', broken down into five axes of analysis: wear and suffering, gender, management model, defense and resistance strategies, and the future of work. The evidence reveals experiences of domination, suffering, and exhaustion and points to a disheartening future, with the possibility of uberization for the entire working class, which requires work alternatives based on a decent work agenda. Due to the COVID-19 pandemic, some interviews took place before and others during the pandemic, with a significant and antagonistic impact on the group of interviewees.

KEYWORDS Job insecurity. Information technology. Occupational health.

¹Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas (SP), Brasil.
nlpramos@hotmail.com



Introdução

Nos anos 1980, o acelerado desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o processo de financeirização da economia global inaugurou uma nova fase do capitalismo, marcada pela economia digital, que, mediada pelas plataformas digitais, tem transformado os processos de trabalho em um novo modelo produtivo; de exploração e precarização da força de trabalho¹. Aproveitando-se de um cenário de desemprego estrutural e de trabalho informal, a ‘*gig economy*’ ou economia dos bicos, aparece como alternativa de sobrevivência para 61% dos trabalhadores e trabalhadoras informais no mundo, em um momento em que o desemprego atinge cerca de 207 milhões de pessoas². O uso das tecnologias a serviço do capital não é neutro e sua dispersão espacial é, ao mesmo tempo, global e local, em função do setor econômico, das habilidades e complexidades do tipo de trabalho requerido (de micro tarefas repetitivas à desenvolvedores de *softwares*) e ocupações (entregadores, motoristas, professores, empregados domésticos, *freelancers* etc.), absorvendo um contingente de mais de 160 milhões de trabalhadores no mundo, a maioria do Sul Global¹.

Neste contexto, sob a falácia do empreendedorismo, a crise mundial de 2008 acirrou a precarização da ‘classe que vive do trabalho’³ e aumentou a expropriação de direitos sociais dos trabalhador/a(s) no mundo inteiro, marcando um processo de substituição gradativa do trabalho vivo, e uma nova morfologia de trabalho controlada e vigiada pelas tecnologias digitais da indústria 4.0³. Neste panorama, o trabalho por aplicativos se estabeleceu como a representação da precariedade contemporânea, imprimindo em sua lógica indignidade, precarização, desumanização e violação dos direitos humanos⁴.

O novo tipo de proletário, o da era digital, realiza enorme quantidade de trabalho não pago e é refém de uma remuneração flutuante, decorrente do ‘trabalho por demanda’. O desemprego estrutural, agravado pela pandemia de covid-19, marcou o crescimento abrupto de entregadores de aplicativos, uma

atividade considerada essencial neste período. Em suas biografias é possível observar, a ‘viração’⁵, quando uma legião de jovens, de baixa qualificação, se lança nos labirintos do mundo do trabalho neoliberal, que incentiva a adesão voluntária sem qualquer direito ao trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna⁶. Ao contrário disso, os trabalhadores de aplicativos sobrevivem à própria sorte, constituindo narrativas de franca exclusão e desamparo.

O trabalho por aplicativos, por empresas que utilizam as plataformas digitais como forma de exploração, de motoristas e motofretistas é a face mais visível deste *iceberg* das tecnologias digitais⁷. No Brasil, dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) apontam para 1,6 milhão de trabalhadores(as) por aplicativo, entre entregadores de plataformas de *delivery* (386 mil) e motoristas (1,27 milhão)⁸. Tendo em vista a centralidade do trabalho, questiona-se como essas mutações do mundo do trabalho, resultantes da chamada indústria 4.0, impactam a vida e a saúde do/a(s) trabalhador/a(s). Esta pesquisa teve por objetivo analisar esta nova face do mundo trabalho, a partir de entrevistas em profundidade com motoristas e entregadores de aplicativos em Campinas, antes e durante a pandemia de covid-19.

Material e métodos

Trata-se de um estudo qualitativo com entrevistas em profundidade de motoristas e entregadores por aplicativos que trabalhavam no município de Campinas. A escolha do método se deu pela possibilidade deste tipo de estudo fazer emergir aspectos ainda desconhecidos pela perspectiva do sujeito, além de ampliar, segundo a definição de Minayo, “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”⁹.

Os critérios de participação incluíram: ser maior de 18 anos, trabalhar em aplicativos há mais de seis meses, assinar o Termo de Consentimento Livre e esclarecido e consentir com a gravação das entrevistas. A amostra de conveniência partiu de um caso semente, de uma motorista, e os demais pela metodologia ‘bola de neve’.

As entrevistas com motoristas de aplicativos foram realizadas antes da pandemia, entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, enquanto que os motofretistas por aplicativos foram entrevistados durante a pandemia, em abril de 2020, em *Hubs* de espera de chamadas de entregas. Nestes locais também foi possível a observação da dinâmica relacional e coletiva vivenciada por estes trabalhadores. A amostra final foi de 15 participantes, sendo seis motoristas e nove entregadores.

O roteiro das entrevistas seguiu um roteiro de perguntas estruturadas que compreenderam 18 itens sociodemográficos e 11 questões disparadoras sobre motivação, segurança, saúde, carga, remuneração, solidariedade e perspectivas de futuro. Todas as entrevistas foram gravadas. As narrativas foram transcritas e a partir dos conteúdos buscou-se verificar a tensão existente entre o contexto

da precarização do trabalho e a biografia dos entrevistados, explorando o espaço da relação capital-trabalho, bem como os fenômenos subjetivos dos sujeitos que não podem ser quantificados ou reduzidos à algumas variáveis. O referencial teórico foi a análise do discurso; considerando-se as trajetórias singulares e aproximação de experiências heterogêneas dos participantes¹⁰. A etapa seguinte foi a de nomeação das categorias e subcategorias analíticas. Para preservar o sigilo foram adotados nomes fictícios para os participantes.

A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 23072519.7.0000.5404 e Parecer nº 23072519.7.0000.5404, atendendo aos preceitos éticos preconizados pelas Resoluções nº 466/2012¹¹ e nº 510/2016¹² do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados

As características sociodemográficas dos participantes foram sintetizadas no *quadro 1*.

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos trabalhadores Uberizados. Campinas/SP, 2021

Idt	Atividade	Idade	Escolaridade	Sexo*	Cor	Renda do App (R\$)	Tempo de trabalho por App	Trabalho Exclusivo por App	Atividade extra App	Jornada App (horas X dia)	Jornada Semanal	Modalidade
Andre	Entregador	26	Ens. Médio	M	Pardo	800,00	1,5 ano	Não	Mecânico Industrial	2 h/5 d	10 h	Nuvem
Carlos	Entregador	33	Ens. Médio	M	Pardo	3.000,00	2 anos	Sim	-	13 h/5 d	75 h	Nuvem
Fábio	Entregador	41	Ens. Fund.	M	Negro	8.000,00	3 anos	Sim	-	13 h/7 d	91 h	Operador Logístico
Diego	Entregador	21	Ens. Médio	M	Branco	1.000,00	7 meses	Não	Assistente Adm	5 h/5 d	25 h	Nuvem
Jailson	Entregador	24	Ens. Fund.	M	Pardo	5.000,00	2,5 anos	Sim	-	7 h/7 d	49 h	Nuvem
Luan	Entregador	32	Ens. Médio	M	Pardo	8.000,00	3 anos	Sim	-	13-16 h/7 d	91-112 h	Nuvem
Marcos	Entregador	25	Ens. Fund.	M	Negro	1.500,00	1,5 anos	Não	Técnico ADSL	5 h/6 d	30 h	Nuvem
Everton	Entregador	24	Ens. Médio	M	Pardo	3.000,00	8 meses	Não	Mecânico	6 h/6 d	36 h	Nuvem
Daniel	Entregador	26	Sup. Cursando	M	Negro	1.500,00	1,5 anos	Não	Agente C. de Saúde	5 h/6 d	30 h	Nuvem

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos trabalhadores Uberizados. Campinas/SP, 2021

Idt	Atividade	Idade	Escolaridade	Sexo*	Cor	Renda do App (R\$)	Tempo de trabalho por App	Trabalho Exclusivo por App	Atividade extra App	Jornada App (horas X dia)	Jornada Semanal	Modalidade
Iracy	Motorista	59	Ens. Médio	F	Pardo	2.200,00	3 anos	Sim	-	8 h/5 d	40 h	Nuvem
Celso	Motorista	37	Ens.Médioa	M	Pardo	4.000,00	3 anos	Não	Motorista Particular	10/12 h/7 d	70/84 h	Nuvem
Afonso	Motorista	37	Sup. Completo	M	Branco	2.500,00	1,5 anos	Sim	-	10-13 h/6 d	60-69 h	Nuvem
Larissa	Motorista	45	Sup. Completo	F	Pardo	3.000,00	3 anos	Não	Secretária	10 h/5 d	50 h	Nuvem
Denise	Motorista	52	Sup. Completo	F	Pardo	2.000,00	6 meses	Sim	PM aposentada	9 h/5 d	45 h	Nuvem
Anna	Motorista	43	Ens. Médio	F	Branco	3.000,00	1 ano	Sim	Corretora de Imóveis	8 h/6 d	48 h	Nuvem

Fonte: elaboração própria.

* M = masculino, F = feminino.

As narrativas denotaram trajetórias e experiências singulares do/a(s) trabalhador/a(s), ao mesmo tempo em que buscou-se estabelecer eixos conceituais que permitissem categorias comuns vivenciadas no coletivo dos

participantes para a interpretação dos dados. Foram encontradas cinco categorias temáticas e cada uma delas se desdobrou em subcategorias, conforme sistematização constante no *quadro 2*.

Quadro 2. Categorias de análise e subcategorias da análise em profundidade das narrativas dos trabalhador/a(s) uberizados. Campinas, 2021

Matriz temática	Categorias de análise	Subcategorias
Precarização do trabalho em plataformas	Desgaste e Sofrimento	Dominação e Fadiga
		Insegurança e Medo
		Acidentes e Carga de trabalho
		Desamparo e Solidariedade
	Gênero	Precarização do trabalho feminino
		Lar-Família-Trabalho
	Organização do Trabalho	Os algoritmos e a Gestão 4.0
		Jornada de trabalho e Remuneração
		Reconhecimento e Satisfação
	Estratégias de Defesa e Resistência	Coletivas
	Futuro do Trabalho	Individuais
		Perspectivas
		Desilusão por desalento

Fonte: elaboração própria.

Discussão

No *quadro 1*, observaram-se diferenças quanto à média de faixa etária de entregadores (25,3) e motoristas (45,5). Enquanto todos os entregadores tinham ensino médio, metade dos motoristas possuíam ensino superior. A *gig economy* ou economia de bicos, surgiu como uma proposta de complemento de renda, entretanto para mais da metade dos participantes o trabalho por aplicativos é a única fonte de renda. A remuneração bruta informada não contabiliza os custos com veículo ou motos (combustível, seguro etc.) e é proporcional ao número de horas disponíveis à espera de corrida com passageiros ou entrega, já que este tipo de trabalho sob demanda não remunera o tempo conectado e disponível nas jornadas. Embora não seja o objetivo principal desta pesquisa, os dados quantitativos obtidos são similares aos da literatura¹³.

Localizou-se na fala dos motoristas um locus de atividade provisória, um bico, já para os entregadores motofretistas, há um autorreconhecimento da profissão de motoboy. A maioria já era motoboy antes da existência dos aplicativos de entrega e mesmo que já não estivessem sob à égide do trabalho formal, reconhecem na atividade de motoboy sua profissão e, talvez até por isso, rejeitem a denominação de ‘entregador’. A identidade profissional deste ‘motofretista entregador’ é reforçada pelas trocas de experiências vivenciadas nos encontros nos *Hubs* e preponderante nos eixos de resistência coletiva, solidariedade e perspectivas de futuro. Outro aspecto marcante é a questão do risco ergonômico, além de carregarem o peso das *bags*, estão mais expostos ao sol e a possibilidade de desidratação. Os entregadores estão, ainda, mais vulneráveis a acidentes, expostos a situações de injúria e humilhação, se caracterizando como uma atividade marcadamente penosa.

Na análise flutuante de todas as narrativas, a precarização do trabalho por aplicativos apareceu como matriz temática e eixo central e estruturante. A precarização no tipo de remuneração por demanda, o não reconhecimento de vínculo trabalhista e a desproteção social

para os casos de adoecimento ou acidentes de trabalho são centrais neste tipo de trabalho de ‘escravidão digital’¹⁴ e principal causa de desgaste e sofrimento.

Desde os anos 1980, Laurell e Noriega¹⁵ evidenciaram o caráter socio-histórico dos processos de produção de saúde e doenças e a relação entre adoecimento e morte do/a(s) trabalhador/a(s), às condições de vida e trabalho em contextos macro e microsociais, considerando que o grau de vulnerabilidade dos indivíduos é proporcional à precariedade nas condições de vida e ao menor respeito à proteção social em âmbito nacional, aos direitos humanos fundamentais e à cidadania. No contexto brasileiro, o conceito de desgaste foi incorporado e aprofundado por Seligmann-Silva (1994) que adicionou os aspectos subjetivos, intersubjetivos, éticos e de caráter individual e coletivo, e a ideia do trabalho consumir as energias vitais do trabalhador e causar desgaste cumulativo, principalmente na ocorrência da violência no trabalho, sobretudo a violência psicológica, resultando no processo de ‘dominação’¹⁶.

No trabalho por aplicativo, a condição de dominação é constituída a partir do ataque direto à dignidade dos trabalhadores/as em contextos de humilhação, medo, submissão, desrespeito ao corpo e às necessidades fisiológicas básicas, riscos de acidentes e assaltos. A dominação e a fadiga são ainda determinadas pelo controle virtual e vigilância do algoritmo.

Para o/a(s) trabalhador/a(s) uberizado/a(s), a motivação do trabalho é a mera sobrevivência, o sentido do trabalho foi simbolicamente destituído, e os processos de produção de doença se iniciam na impossibilidade de reconhecimento das limitações do próprio corpo:

A gente almoça?! Cadê que almoça?! Onde a gente janta? Eu saio do trabalho e venho direto para cá... E aí? Onde eu jantei?! Tem que ser na rua e custo meu! Não tem nem banheiro! É complicado. (Diego).

Motoboy não tem essa de ficar doente. A gente tá doente ou não, não vai fazer diferença. E daí que

tô resfriado? Não vai mudar em nada, porque eu vou ter que trabalhar do mesmo jeito, [...], é coisa que a gente tem que passar pra frente. (Fabio).

A violência no trânsito e o risco de acidentes e de assaltos produzem insegurança e medo à medida que estes coincidem com uma perspectiva de perigo concreta, que se amplia frente ao desconhecido em situações cotidianas de imprevisibilidade¹⁷. As manifestações de medo pela perda da integridade física foram unânimes nas falas do/a(s) profissionais:

O pessoal acha que temos dinheiro. Vários moto-boys já foram assaltados, tiveram a moto roubada. E sem dizer também a integridade física né? eu não me sinto seguro! (Andre Daniel).

Quando eu comecei a trabalhar à noite, eu tremia porque eu não sabia o passageiro que eu ia pegar. Você fica traumatizado, com muito muito medo, aí o tempo vai passando e você vai se adaptando. (Afonso).

Como vimos, no trabalho por aplicativos a carga de trabalho, riscos de acidentes e desgaste são conceitos interligados devido a forma de remuneração variável e sob demanda de corrida ou entrega e que expõem os(as) trabalhadores(as) à atividades repetitivas e tensão por tempo prolongado. Tendo a consciência da periculosidade do trabalho e mantendo os intensos ritmos de trabalho¹⁵, a sobrecarga e o desgaste aumentam o risco de acidentes:

Agora deu uma reduzida; dá umas 12h, mas já cheguei a bater umas 20 horas. Eu levantava 6 horas da manhã e voltava 4 horas da manhã para casa. É cansativo. (Fábio).

Eu trabalho 7 dias na semana, em torno de 13 a 16 horas [...] vivo cansado e desatento. (Carlos).

Verificou-se que 75% dos entrevistados já havia sofrido algum tipo de acidente no trabalho que resultaram em dano físico e problemas financeiros. O frenético ritmo do trabalho por

demanda, que remunera o trabalho na justa medida de sua realização¹⁸, compromete a segurança na tentativa de compensar o tempo poroso não remunerado. As narrativas a seguir ilustram o impacto destas ocorrências:

Sim e machuquei, fiquei 14 dias parado, eles me ligaram depois de 2 horas, perguntou se precisava chamar o SAMU, falei que não precisava mais, que já tava no hospital. (Marcos).

Já. Bati um dia de manhã, porque não tinha dormido direito naquela noite, eu acho que meu sono deve ter dado um... como diz, um branco na minha cabeça e eu não vi o trânsito parado na minha frente. (Iracly).

As situações de instabilidade financeira e medo da perda da subsistência geram instabilidade e a vivência de desamparo, conceito psicanalítico que se refere à precariedade física e psíquica constitucional da existência do homem diante da tarefa de manutenção da vida¹⁹. As situações de desamparo foram vivenciadas em diferentes contextos:

Todo motorista tem medo. O motorista que é desligado da Uber reclamam porque é a fonte de renda que a pessoa tem hoje. Se você não aceita mais de três corridas pela Uber, ela te bloqueia. (Célio).

Se um cliente fizer reclamação sua, o aplicativo bloqueia sua conta quase na hora, e para ele fazer uma reclamação, basta ele não gostar de você ou não ir com a sua cara. (Luan).

A lógica algorítmica, da avaliação do cliente, os expõem cotidianamente ao risco:

Estamos expostos a acidentes o tempo todo. Quando sofri o acidente, tentei falar com o aplicativo, mandar mensagem, não recebi nenhuma informação, não consegui falar com ninguém. Fiquei com todo o prejuízo, não tive ajuda em nada. E ainda por cima, me cobraram a comida que eu não consegui entregar e era uma comida cara, viu? (Daniel).

Entretanto, verificou-se que a solidariedade é uma estratégia utilizada para tentar amenizar e humanizar o sentimento de solidão e o cuidado com o outro pode ser um fator de preservação da saúde, conforme as narrativas:

Tem gente que vem trabalhar e não almoça, só toma café da manhã e toca até a noite sem comer. Aí o que acontece? essas vaquinhas que a gente faz quando fica parado, aí todo mundo come e aí fica de boa. (Luan).

Só não fiquei afastado porque o Luan me emprestou uma moto por 40 dias depois do acidente. Porque eu tenho que trabalhar. Eh, isso é amigo, hein? (Fabio).

A mulherada se cuida, a gente compartilha o destino da viagem no grupo pra alguém acompanhar e avisar a polícia, caso a gente mude de rota do nada. (Iraci).

A gente se ajuda, se tem um motorista que tá passando por aperto, porque se acidentou ou foi bloqueado, a gente se une, paga uma conta, faz mercado, compra leite, fralda. A gente é tudo trabalhador, todo mundo só quer chegar em casa vivo pra poder pagar as contas e cuidar da família. (Afonso).

Em relação ao gênero, o fato da primeira entrevistada, a ‘semente’, ser uma mulher, possibilitou a aproximação da temática da precarização do trabalho feminino sob a ótica da uberização. As narrativas da experiência de precarização do trabalho feminino foram permeadas pelas vicissitudes quase sempre compartilhadas por todas quanto à uma pretensa emancipação, quanto aos desafios da conciliação lar/trabalho, mas sobretudo sobre o risco e a violência a que estão expostas as mulheres em condições de trabalho precário. Isso revela que a mulher ocupa uma posição de destaque neste ‘exército de reserva’ de trabalho sub-remunerado, permitindo que o modo de produção capitalista siga o processo de precarização do proletariado em geral, mas deliberadamente da mulher trabalhadora²⁰.

A precarização do trabalho feminino tem origem histórica em uma sociedade patriarcal

que não reconhecia nem remunerava as atividades domésticas e de cuidado promovidas pelas mulheres. Cerca de 70% do(a)s pobres do mundo são mulheres²¹. Conforme relatos das motoristas, as empresas de aplicativo vislumbraram um importante nicho de mercado com o trabalho feminino, para atenderem passageiras que se sentem seguras com motoristas mulheres. Entretanto, a insegurança e violência fazem parte do cotidiano das motoristas por aplicativo, conforme relatos:

Assédio! Eu fui agarrada às 6:20 da manhã, [...] Daí entrou as duas, uma do meu lado e a outra atrás de mim, e a que estava atrás de mim falava assim: ‘Nossa, mas tá muito cheirosa, cara, tá muito cheirosa’. E aquilo ela falou umas quinze vezes [...] Na hora que cheguei no destino ela me agarrou, não tive reação. [...] Não sei qual a sensação de um abuso, mas eu me senti violentada, porque não permiti que ela fizesse isso... Foi muito estranho. (Larissa).

Não é nem um pouco seguro, você nunca sabe quem tá no seu carro, então aquele negócio, meu mantra ajuda? Ajuda, mas um spray de pimenta também. Às vezes o anjo de guarda tá tomando um cafezinho e a gente tem que garantir enquanto ele não chega, rsrsrs. (Anna).

Ressalta-se que a condição do trabalho feminino é tão desigual que não é raro que o trabalho precário seja considerado contraditoriamente emancipatório por algumas trabalhadoras, o que Seligmann-Silva²² definiu como ‘a dádiva e a dívida’:

Então, no meu caso a Uber me permitiu eu me divorciar, porque é através dela que eu consigo me manter [...] meu ex marido não me paga pensão... Sou muito grata à Uber por isso, eu tenho um filho para criar. (Anna).

Como secretária eu ganhava pouco, complementava no final de semana como uber, aí pedi pra me demitirem e fui só fazer Uber. Eu ganho mais do que eu ganhava antes. Não consigo mais ficar presa. (Larissa).

A divisão sexual do trabalho precário se dá na dimensão extra-trabalho²³. No Brasil, as mulheres trabalham 5 horas por semana a mais do que os homens, em trabalho doméstico e não remunerado relacionado aos cuidados familiares²⁴. As narrativas delas expressam a dupla jornada, em conciliar lar, família e trabalho:

Durmo 5/6 horas porque tenho também a profissão de mãe, né? De chegar em casa ter que fazer as coisas, essas coisas todas. (Anna).

Prefiro começar às 5:30 da manhã, na hora do almoço, vou pra casa, dou almoço pro marido, volto a trabalhar e vou até umas 19:00 horas, no máximo, estourando 20:00 horas. (Iraci).

Eu já chego em casa e preciso entrar na profissão mãe, cuidar das meninas, daí já dorme cansada e no outro dia cedo tem que começar tudo de novo. Não tem jeito. (Larissa)

Verificou-se nesta pesquisa, que o trabalho precário impacta o homem e a mulher de maneiras distintas. Para ele, evidencia-se a experiência da função penosa, mesmo em um contexto de desemprego estrutural é possível perceber no discurso uma perda, uma falta, a degradação de uma condição anteriormente experienciada como mais positiva, enquanto no discurso feminino, a hiperprecarização oscila entre condições indignas de trabalho e a possibilidade de emancipação.

Com relação à organização do trabalho, o trabalho uberizado ou sob demanda é uma evolução precarizada do modelo toyotista ou ‘*just in time*’, flexibilizado e adaptado à exigências do mercado consumidor. Assim, o novo modelo de gestão viabilizado pela plataformação do trabalho, remunera os trabalhadores somente na justa medida da entrega ou da corrida¹⁸, ou seja, o ‘empreendedor’ por aplicativo vira um ‘autogerente subordinado’²⁵, que arca com todos os riscos e custos da realização de sua atividade.

A chave do modelo de gestão por algoritmo é a triangulação entre prestadores de serviços, clientes e plataformas, e estas, ao contrário do

que parecem, não são neutras, são ordenadas, através dos algoritmos, por vigilância e controle, tanto dos usuários como dos clientes²⁶. A adaptabilidade dos algoritmos, programados a partir de trabalho humano, se dá pela datificação de um número elevadíssimo de informações, tanto dos usuários como dos prestadores ou clientes, de condições previamente programadas²⁷. Neste sentido, a gestão virtual dos aplicativos se estabelece como uma estrutura totalizante, por meio de um panóptico digital, que supervisiona o tempo todo, em uma tentativa de disciplinarização dos corpos cada vez mais dóceis para o aumento da produtividade. E nela se destacam três condições predominantes da gestão algorítmica: rastreamento e avaliação, automação e falta de transparência²⁸. O Rastreamento e avaliação permanente do desempenho dos trabalhadores podem ser evidenciados na narrativa de um ex operador logístico (modalidade de gestão e controle do Ifood):

Tem uma tela que consegue ver onde cada motoboy tá, se motoboy tá online, se não tá, se fica off. O Ifood pede um tempo online para cada motoboy, então ele fala: Eu quero que você fique online tal horário... então, se caso a internet fica fraca, se oscilar, se desligar, aí a gente chamava atenção. (Jailson).

A automação das decisões através dos algoritmos inclui as ocorrências dos bloqueios dos entregadores de maneira inadvertida:

As regras não são cumpridas! Se eu quero ser meu próprio patrão, e não quiser ir nessa corrida porque eu quero outra, e não aceito essa, sou bloqueado. (André Daniel).

E a falta de transparência:

O aplicativo fala uma coisa, mas nunca é o que eles falam, exemplo: hoje eu andei isso que o app tá mostrando mas é mais, porque eu tive que sair daqui e coletar na lanchonete, são 4 km e da lanchonete até o cliente é 7, então são 11 km, mas ele só tá contando da lanchonete até o cliente. (Marcos).

Tendo em vista o binômio, trabalho-remuneração, o contraditório no trabalho por aplicativo é que as horas despendidas para o trabalho não significam horas remuneradas. O motorista da Uber por exemplo não é remunerado pelo deslocamento que realiza para buscar um passageiro, tão pouco o entregador motofretista é remunerado ao aguardar uma chamada no perímetro urbano determinado pelo Ifood. Este tipo de trabalho, legitimado no Brasil como intermitente, equivale ao *zero contract hour* do modelo inglês²⁹. Situação exemplificada pelas falas do Everton e de Marcos: “[...] *cansei de ficar aí, trabalhar 10 horas pra fazer R\$ 17,00*” e “[...] *já cheguei a ficar 4 horas logado, sem tocar nada*”.

O ser humano precisa da validação do seu trabalho pela via do reconhecimento para que a construção do sentido do trabalho seja possível, pois permite dar ao sofrimento inerente ao ato de trabalhar um significado social. A ausência de reconhecimento, conforme detectou-se nas entrevistas com os/as profissionais uberizados também os vulnerabilizam, e estão expressas nas narrativas:

Tem uns que têm medo da gente, outros nojo [...] eles acha que a gente vai roubar [...], as pessoa só pega o pedido vira e entra, as vezes pede pra deixar bo chão, porque não quer pegar, a gente entrega no portão lá no chão. (Marcos).

A gente vai em parceiros coletar os pedidos, que são as lanchonetes, e não é bem recebido, é sempre: Espera lá fora, a gente não pode usar o banheiro, é sempre cara feia. (Daniel).

O ifood não dá nada pra nós, nem um vazezinho pra desconto na comida dos restaurante que a gente atende, então, às vezes temos comida na bag mas estamos com fome. (Carlos).

Ao iniciar essa pesquisa, nossa hipótese de encontrar muito sofrimento e adoecimento decorrente da precarização do trabalho por aplicativos não ocorreu de maneira

deliberada. A teoria nos ajudou a dar conta deste paradigma, ao nos lembrar que na fadiga patológica da miséria operária, o medo e o adoecimento são amputados da consciência dos trabalhadore(a)s rumo ao entorpecimento e à alienação, como sentido de defesa do ego contra o sofrimento^{30,31}.

Estabelecem-se ainda pontos de convergência entre os mecanismos e estratégias de defesa e de resistência à medida que ambos lidam com o sofrimento, mas há divergência quanto a solução encontrada: A defesa tem o intuito de evitar o sofrimento ou tornar o sofrimento suportável, enquanto a resistência condensa possibilidades de enfrentamento para transformação das situações que dão origem ao sofrimento. Ambas podem ter caráter individual ou coletivo¹⁷.

No âmbito coletivo, a solidariedade é uma importante fonte de resistência coletiva. Frente à penosidade das condições de trabalho, tenta-se transformar a realidade, por meio de ações pontuais, em estratégias de sobrevivência, ainda que momentâneas. Há no ato de se zelar pela vida da outra, uma tentativa de transformação da condição crítica de insegurança a que as mulheres estão submetidas, evidenciadas nas falas a seguir: “*a gente vai se ajudando, quem esta há mais tempo passa dicas de onde não ir [...]*” (Anna) ou ainda “*tenho grupos que é só de mulher, sabemos se chegou e se saiu, se demorar muito no local, a gente liga, se não atender, avisa a polícia*” (Iracy).

Notou-se ainda, durante o trabalho de campo com os entregadores, a ‘ideologia defensiva’³⁰, situação em que frente a uma atividade de risco, a instância coletiva nega ou atenua o risco. O que pôde ser verificado nos intervalos das entrevistas, por meio do arranque das motos, da direção perigosa, do ritmo acelerado, das piadas que faziam sobre os entregadores recém-chegados: “*Eu sou motoboy de carreira, nunca sofri acidente, mas entre esse pessoal mais novo, tem os emocionados, né?*” (Carlos).

A catarse grupal também se dá por meio da exorcização da fome, prática comum entre trabalhadores que exercem atividades

‘desqualificadas’, em que o medo da falta de subsistência é frequente. Logo, a ‘vaquinha’ mencionada para a realização de churrascos é uma forma de incorporar, por meio do comer compartilhado, alimentos com significado de proteção²⁹. Via de regra, as resistências coletivas ocorrem como estratégias de defesa organizadas, para combater as condições que ferem a dignidade³¹.

Verificou-se no entanto, poucas narrativas que abordavam a organização de coletivos para reivindicações de melhorias de condições de trabalho: “*Nós temos lutas de motoristas que tentam fazer uma organização [...] eu tento lutar pelo melhor para a categoria, porque nós somos até marginalizados*” (Afonso).

Embora haja concordância sobre a relação feroz e injusta no vínculo com os aplicativos, não há concordância em como se manifestar e, neste sentido, o aplicativo exerce a gestão do medo, uma vez que todos sabem que podem ser bloqueados caso participem de alguma manifestação.

Qual que foi a ideia da manifestação? Foder o próximo?! É perder tempo. Não vai resolver, já vimos isso, vai se repetir, se amanhã ele bloquear um milhão de conta, amanhã mesmo tem 5 milhões de conta novas livre para rodar. Não adianta. (Fabio).

Frente à degradação da sociabilidade e empobrecimento da trama social, as situações de indignidade levam a perda de confiança e semeiam o ressentimento, levando, além do esvaziamento de valores, ao dilaceramento da solidariedade, tornando o medo um estado cada vez mais permanente no cotidiano do trabalho⁴. Em uma tentativa de dominar este imponderável medo, estratégias são adotadas, conforme relato de Luan e Anna: “*Eu rezo, né? Rsrssrs*” (Luan).

Pesquisei dicas de motoristas, então uma coisa que eu faço com passageiro homem, [...] pra sentir a intenção do cara, eu falo: oi, amigo, vai na frente mesmo, não tem frescura não, porque se a pessoa tá mal intencionada, você desmonta ela. (Anna).

Considerando-se ainda as situações de desamparo, de falta de reconhecimento e de desumanidade, o/as trabalhadore/a(s) utilizam a idealização e a racionalização, conforme narrativas: “*Sou motorista diamante, se chego em um lugar, tenho preferência na corrida, sabe?*” (Anna). “*Eu queria ser o melhor médico, advogado, juiz, isso é mérito. Não Motoboy*” (Fábio).

Sobre o futuro, o mundo do trabalho contemporâneo é marcado pela contradição da flexibilização das condições e das garantias de trabalho e o controle massivo da força de trabalho. Neste alarmante cenário, a pandemia da covid-19 acelerou tendências em curso no mundo do trabalho: trabalho remoto, Inteligência Artificial, trabalho por aplicativo para todas as classes que vivem do trabalho, com massiva vulnerabilização dos mais pobres. Estabelece-se um mosaico de modalidades de trabalho urberizados, na economia dos bicos, com muita oferta de trabalho gratuito.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³² realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no quarto trimestre de 2022, do total de ocupados, 2,1 milhões de brasileiros realizavam trabalho por meio de plataformas digitais. Nesta pesquisa, os(as) trabalhadores/a(s) informais classificados na categoria de ‘ocupados’ estão disponíveis para trabalhar mais horas. Ou seja, são ‘sobreviventes’ que oscilam entre a ocupação e a desocupação e embora possuam renda, a condição de informalidade os coloca em um cenário de desamparo, frente à instabilidade e a falta de proteção social e de perspectivas de futuro, conforme narrativas: “*Eu não queria tá trabalhando aqui, olha essa situação*” (Everton), ou ainda:

Sonhar é uma palavra muito bonita, mas tudo depende do meu esforço...eu tenho que me esforçar, mas até que ponto eu posso me esforçar? até onde eu vou aguentar? (Cesar).

Em um movimento contrário à tentativa de organização psíquica e de resistência, acima destacadas, há algumas narrativas

que compõem uma espécie de embotamento afetivo frente à condição de dominação e desgaste. A dominação é tão massiva que o/a(s) trabalhador/a(s) se encontram sem possibilidade de simbolização: A vida é o que está, conforme narrativa: “*Eu farei isso até não poder mais, porque eu não estudei, porque é mais fácil, não tenho outra previsão*” (Carlos).

No contexto brasileiro, este/a(s) jovens trabalhador/a(s) vivenciam a precarização do trabalho como condição de normalidade, porque eles já entraram em um mundo de trabalho precário em uma narrativa de franca exclusão, contudo, este trabalho flexível e sem forma redefine espaços de experiência social⁵. Neste sentido, há uma inegável degradação no âmbito do caráter individual, com o empobrecimento de narrativas de identidade e histórias³³. Conforme as narrativas dos entrevistados, conclui-se que o futuro desta categoria é desalentador, traduzido por falas que dão corpo ao título deste trabalho: narrativas de desgaste e desalento, quando tudo que se espera da vida é não morrer, conforme nos contam Diego, Fabio e Luan, respectivamente, quando questionados sobre o que esperam do futuro:

Nunca parei para ver esse ponto..., espero que até lá vivo, o que é meio difícil, se tiver vivo até lá, tá bom, tá ótimo né?!

Qual é o plano de carreira de motoboy? É ser motoboy pro resto da vida. Eu vou estar aqui amanhã e depois e depois. Não tem mais nada pra mim.

Você chegou vivo até o final do dia é o nosso mérito né. É o minino que a gente quer.

Considerações finais

Destacam-se algumas limitações do estudo quanto à amostra de conveniência. O

planejamento da pesquisa de campo previa que o tamanho da amostra se daria por saturação, contudo, a eclosão da pandemia da covid-19 impossibilitou que este critério fosse seguido com a categoria de motoristas. Desta forma, a maior participação do gênero feminino na amostra de motoristas poderia ser um viés, embora este recorte tenha jogado luz à questão da precarização do trabalho feminino.

A uberização é o retrato contemporâneo da precarização das condições de trabalho, representada por duas categorias que trabalham em situação de extrema vulnerabilidade e que nos aponta para um futuro do trabalho potencialmente ‘uberizável’ para toda a ‘classe que vive do trabalho’³. O trabalho uberizado é constituído por intensos processos de dominação que consomem o corpo e o potencial psíquico dos trabalhadores, pela falta de respeito às condições básicas de segurança, alimentação e higiene, e que se traduzem também por um alto custo social, sendo urgente que esta nova modalidade de trabalho possa ser discutida e incluída na pauta do trabalho digno e decente, em condições mínimas de saúde, segurança e dignidade, a partir da recusa do trabalho sob demanda⁴.

As referidas ‘falas desalentadas’, que motivaram o título desta pesquisa, traduzem a miserabilidade contemporânea, quando, ao término de um dia de trabalho, tudo o que um/a trabalhador/a espera é não morrer. Não há sonhos, não há planos, não há futuro, há apenas o presente e ele é estar vivo, logo, questiona-se sobre o futuro de uma sociedade que reduz as aspirações das pessoas à mera sobrevivência.

Colaboradores

Rodrigues NLPR (0000-0003-3584-816X)* e Lucca SR (0000-0001-6023-0949)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

Referências

- Grohmann R, Salvagni J. Trabalho por plataformas digitais: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas. São Paulo: SESC; 2023.
- World Health Organization and International Labour Organization. Mental health at work [Internet]. Geneva: WHO, ILO; 2022 [acesso em 24 out 2023]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240057944>
- Antunes R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Editora cortez; 1995.
- Abilio LC, Santiago SM. Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos mototofretistas na cidade de Campinas. Campinas: Diretoria executiva de Direitos Humanos, Unicamp; 2024.
- Telles VS. Mutações do trabalho e experiência urbana. Tempo Soc. 2006;18(1):173-195. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100010>
- Organización Internacional del Trabajo. Memoria del Director General: Trabajo Decente. 87ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT; 1999.
- Antunes R. Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo; 2020.
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Núcleo de desenvolvimento mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativo [Internet]. São Paulo: Cebrap; 2023 [acesso em 2024 out 24]. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisas/mobilidade-urbana-e-logistica-de-entregas-um-panorama-sobre-o-trabalho-de-motoristas-e-entregadores-com-aplicativos-caderno-quantitativo>
- Minayo MCS. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Rev Bras Educ Med. 2009;33:83-91. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000500009>
- Orlandi RP. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes; 2012.
- Ministério da Saúde (BR); Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2013 jun 13; Seção I:549.
- Ministério da Saúde (BR); Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2016 maio 24; Seção I:44.
- Ramos NL, Moreira AS, Lucca SR. O presente e o futuro do trabalho precarizado dos trabalhadores por aplicativo. Cad Saúde Pública. 2021;37(11):e00246620. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00246620>
- Grecco JP, Lucca SR, Azevedo VAZ, et al. Percepção de motoristas de Uber sobre condições de trabalho e saúde no contexto da Covid-19. Saúde debate. 2022;46(132):93-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213206>
- Laurell AC, Noriega M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec; 1989.
- Laurell AC. A saúde-doença como processo social. Rev latinoamericana salud. 1982;7-25.
- Dejours C, Abdoucheli EJC. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Editora Atlas; 1994.
- Abilio LC. Uberização: informalização e o trabalhador *just-in-time*. Trab Educ Saúde. 2021;19:e00314146. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00314>

19. Santos NDTG, Fortes I. Desamparo e alteridade: o sujeito e a dupla face do outro. *Psicol USP*. 2011;22(4):747-770. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000033>
20. Nascimento DS. Precarização do trabalho feminino; a realidade das mulheres no mundo do trabalho. *Temporalis*. 2014;14(28):39-56. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p39-56>
21. Novellino MSF. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *Anais do 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*; 2004 set 24; Caxambu-MG. Caxambu-MG: ABEP; 2004.
22. Seligmann-Silva E. Trabalho e desgaste mental. O direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez; 2011.
23. Hirata H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*. 2009;(21):24-41. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>
24. Madalozzo R, Martins SR, Shiratori L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres tem condições iguais? *Rev Estud Fem*. 2010;18(2):547-566. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>
25. Abilio LC. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*. 2019;18(3):41-51. DOI: <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol18-Issue3-fulltext-1674>
26. Silva Neto VJ. Plataform capitalism. *Rev Bras Inov*. 2019;18(2):449-454. DOI: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/announcement>
27. Gillespie T. The Relevance of Algorithms. In: Gillespie T, Boczkowski PJ, Foot KA, editores. *Media technologies: essays on communication, materiality, and society*. Cambridge, MA; MIT Press Scholarship Online; 2014. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262525374.003.0009>
28. Wajcman J. Anförande: Pressed for time: The digital transformation of everyday life. *Sociologisk forskning*. 2016;53(2):193-199.
29. Antunes R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: Antunes R, organizador. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo; 2020. p. 11-22.
30. Dejours C. A loucura do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré; 1992.
31. Seligmann-Silva E. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.
32. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua. Módulos: Teletrabalho e Trabalho por meio de plataformas digitais [Internet]. [local desconhecido]: IBGE; 2022 [acesso em 2024 out 24]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5686.pdf
33. Sennet R. A corrosão do caráter. 13. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record Editorial; 2008.

Recebido em 01/02/2024

Aprovado em 13/08/2024

Conflito de interesses: inexistente

Suporte financeiro: não houve

Editor responsável: Ronaldo Teodoro